

# Percepções de ameaças e lealdades internacionais na Eurásia

Flávio Lira

## Resumo:

Com o fim da Guerra Fria, a reconfiguração das fronteiras na Europa Centro-Oriental e na Ásia Central seguiu dois caminhos respectivamente distintos: o da contestação das estruturas geopolíticas tradicionais de poder e o da manutenção de laços imperialistas. Esta dualidade se encontrou presente em especial nos anos 1990, quando o declínio do poder soviético em sua antiga parcela ocidental de domínio territorial se viu substituído pelo avanço dos membros da Aliança Atlântica. Em relação à Ásia Central, a ligação entre elites internas e elites vizinhas manteve boa parte das estruturas de favoritismo vigentes. Em ambos os casos, a percepção do que eram ameaças internas e externas desempenhou papel essencial no desembocar das lealdades governamentais hoje verificadas, tecendo ligações mais ou menos fortes com organizações de defesa pretensamente multilaterais que apoiam ou são contrárias ao status quo. Este artigo apresenta os principais fatos que demonstram a atual configuração geopolítica nessa macrorregião eurasiática.

**Palavras-chave:** Europa Centro-Oriental, Ásia Central, Defesa, Segurança, Ameaças

# Percepções de ameaças e lealdades internacionais na Eurásia

Flávio Lira<sup>1</sup>

## Introdução: Ameaças e suas percepções

As ameaças se ligam ao que que pode pôr em jogo o poder que determinado ator possui em relação a um referido objeto. Desta forma, a potencial perda de tal controle por parte de uma autoridade política - seja esta formada por um indivíduo ou por grupos - se configura no temor que fará com que certas ações sejam desempenhadas para que esta mesma insegurança seja coibida, ou seja, para que se atinja a neutralização de uma perda ainda não materializada. Neste sentido, a percepção desempenha um papel importante na medida em que ela pode ser individual ou compartilhada por uma pluralidade: quanto mais indivíduos e grupos crerem que determinado fenômeno representa uma ameaça, mais esta "tendência consensual" guiará certas ações que serão vistas como aceitáveis ou não, em especial dentro de uma mesma comunidade política. Quanto menos tendentes ao consenso forem essas mesmas forças, maior dificuldade terão os formuladores de políticas para agir contra determinado fenômeno baseando-se no apoio coletivo. Esta dicotomia se mostra relevante ao se partir para uma análise de cooperação e conflito internacional que identifica como dignas de nota questões como alianças, organizações internacionais e regimes internacionais; ou seja, admitindo-se que determinado grupo se encontra no poder e identifica algo como "ameaçador" à sua posição (presente ou futura), as ações que ele tomará para neutralizar tal fenômeno podem pender para o apoio de grupos ou atores internos, externos ou uma combinação de ambos. Desta maneira, ao não conseguir apoio para certas ações que visem a manutenção de sua **situação** (qualquer que seja o seu viés - reacionário, modernizador ou conservador), a autoridade política buscará tal suporte em um dos lados desse movimento pendular (interno/externo), realizando as combinações necessárias entre ambos para a consecução de seu objetivo inicial: a manutenção de sua posição privilegiada e a eliminação dos perigos que se lhe apresentam.

As elites políticas que governam os estados acabam realizando frequentemente tal "matemática" e, em muitos casos, elas se tornam autorreprodutoras. Como ocorre com várias facetas da política externa, o passar dos anos solidifica ações que acabam sendo

---

<sup>1</sup> Professor assistente de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento, e doutorando do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. E-mail: flaviolira@unipampa.edu.br.

vistas como "inerentes" ao comportamento dessas unidades políticas. Neste trabalho, vamos nos focar nos aspectos de coordenação de políticas de defesas e de segurança comuns. Embora não tenhamos nem o tempo nem a pretensão, em um espaço tão curto, de mostrar as linhas mestras e as tradições exteriores de segurança/defesa das dezenas de países que compõem a região da Eurásia (região esta que definiremos logo abaixo), é importante se ter em mente que a atual situação de segurança internacional que circunda tais estados foi historicamente condicionada ao que eles próprios (ou seja, ao que os grupos que estavam no poder) viam como ameaçador à sua posição de prestígio político. Isto sempre esteve muito ligado à quantidade de poder detida pelos estados da região desde 1991 - e ressaltamos não apenas os poderes "pesados", como forças convencionais ou nucleares, mas também como esses países são vistos pelos seus vizinhos e demais atores interessados e, acima de tudo, quem são estes últimos que os circundam e quanto poder esses centros maiores costumam ter em relação aos menores para que verifiquemos tendências de comportamento.

Ao apresentar o peso do poder, Deutsch (1982: 39) ressalta que "a fim de estimar as consequências do que *foi feito* - e talvez estimar o que *deveria ter sido feito* em termos de 'boa prática' -, transforma-se aquele evento isolado em integrante de uma classe repetitiva de eventos hipotéticos bastante similares". O que *foi feito* e o que *deveria ter sido feito* ganham importância ainda maior em tempos de transição política, o que é o caso na esfera pós-soviética de domínio (e, para efeitos da análise deste artigo, consideramos a região eurasiática em questão como estando sob um momento transitório, mais bem acabado em alguns locais do que em outros, como veremos à frente). Ao mesmo tempo, a urgência que define o comportamento político excepcional – e que desemboca em *questões de segurança* – faz com que decisões internas e externas sejam tomadas com uma velocidade maior do que a de assuntos ordinários, e mesmo elas, todavia, seguem um padrão ligado à formação histórica de cada estado e se, no sistema internacional, o referido grupo que está no poder se enxerga como forte ou fraco perante determinadas ameaças.

## **Europa Centro-Oriental e Ásia Central**

No âmbito da segurança/defesa, enxerga-se, na ECO (Europa Centro-Oriental), uma tendência a neutralizar, o mais rápido possível, desde 1991, a interferência russa e seu poder em definir arranjos e isto se percebe quanto mais distantes - territorial, política e culturalmente - estes estados estiverem do país eslavo. Na Ásia Central, região com

instituições estatais mais tardiamente desenvolvidas, vemos que a fuga não é tão patente, embora ela se opere em níveis importantes de concessões estratégico-militares que, de todos os modos, se ligam muito aos interesses da classe política em voga.

Neste trabalho, tomamos como Eurásia a porção de terra que compreende o território europeu e asiático que esteve sob domínio soviético, direta ou indiretamente, durante a Guerra Fria. Ou seja, tanto aquelas regiões que eram partes constituintes da União Soviética quanto aquelas que dependiam de sua política externa regional. Neste trabalho, optamos por considerar apenas aqueles estados que foram adeptos do socialismo real e que hoje se encontram em um momento pós-soviético em todo o seu território, excetuando-se a Rússia, pois a trataremos como um dos principais polos irradiadores de poder na região<sup>2</sup>. Devido à menor influência oriunda da URSS, não trataremos do Sudeste Europeu. Para tanto, trataremos dos seguintes blocos de países em uma apresentação histórica inicial analisando, principalmente, sua condição política pós-1991. O primeiro bloco corresponde à Europa Oriental (Belarus, Bulgária, Moldávia e Ucrânia) o segundo, à Europa Central (Eslováquia, Hungria, Polônia, República Tcheca e Romênia); o terceiro diz respeito aos países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia); o quarto bloco aos caucasianos (Armênia, Azerbaijão e Geórgia); e o quinto aos países centro-asiáticos (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão).

Localizada entre os centros estatais historicamente fortes da Europa, a ECO sempre foi, concomitantemente, tanto imprescindível para o avanço de poder das potências circundantes como muito esquecida em uma análise mais centrada. Ou seja, as análises que se fazem, geralmente, tomam-na como o espaço sobre o qual centros como Berlim, Istambul, São Petersburgo/Moscou e Viena estenderiam seus domínios. De fato, não é fácil fugir dessa dinâmica de análise, em especial na academia de Relações Internacionais, visto que as próprias bases sobre as quais se desenvolveram conceitos chave para a área, como o famigerado equilíbrio de poder, em suma dizem respeito aos desenrolares geopolíticos dessa região do mundo, ao menos, de forma mais patente, até a Segunda Grande Guerra, após a qual tal fluidez seria bem menos verificável.

Portanto, verifica-se, ao menos na parcela europeia da nossa área de apreciação neste texto, algo que já é lugar comum para os estudiosos de Segurança Internacional, isto é, quão indispensável é o domínio de tal região para aquele estado que deseja ter

---

<sup>2</sup> Também não incluiremos a Alemanha, que acreditamos ter tido, em sua parcela oriental, complexidades substanciais o bastante para merecer uma análise além da que este artigo almeja, em especial após a Reunificação, ainda que admitamos que esse país específico tenha sido, talvez, o símbolo maior da alegada “necessidade” de uma transição bem orquestrada em um ambiente de crescente integração europeia.

controle sobre o Velho Mundo ou, desde uma perspectiva mais etnocêntrica (e, ainda que sutil, não tão incomum ainda hoje), sobre o “mundo que importa”.

É justamente indo na contramão dessa tendência que algumas áreas do mundo adquirem ou retomam importância geopolítica mais acentuada após a queda do socialismo real, sendo uma delas a Ásia Central. Já tendo feito parte do imaginário oriental e ocidental por sua condição de florescente encruzilhada desde os primeiros impérios da história eurasiática, as mais recentes semelhanças que observamos (para utilizarmos, a partir do “Equilíbrio de Poder”, o exemplo de estados nos moldes modernos lutando por influência na região) se encontram durante o Grande Jogo/Torneio das Sombras do século XIX. Com o Império Russo lutando pelo aumento do seu controle local e com o Império Britânico, tendo a Índia como *proxy*, buscando imiscuir-se cada vez na política afegã, o acesso à região sem saída para o mar era feito a partir das rebarbas, sempre que os centros não fizessem fronteira direta com a mesma.

Portanto, ainda que possa ser precipitado afirmar com grande veemência que esta Eurásia que abarcamos neste artigo é, foi e ainda será, por muito tempo, a região geopoliticamente mais sensível do globo, ela decerto ainda é preponderante nos planejamentos dos formuladores de políticas e também dentro academia de Relações Internacionais (e acreditamos ser importante ressaltar o quanto um lado influencia, retroativamente, o outro – formuladores e acadêmicos – na hora da “escolha” de regiões prioritárias para a ação e para a análise). Observa-se a ECO como uma região mais “normalizada” após 1999 e, por isso mesmo, talvez ela não seja, atualmente, tão problematizada como foi o caso no início dos anos 1990, em especial durante o complicado processo de dissolução iugoslava e as reformas político-econômicas no centro-leste europeu.

## **Europa Centro-Oriental**

Dentro da ECO, começaremos nossa exposição tratando da Europa Oriental, ou seja, dos países que se localizam mais próximos da imediata fronteira oeste da Federação Russa. Belarus, Moldávia, Romênia e Ucrânia se tornaram, desde o início dos anos 1990, estados não automaticamente alinhados a Moscou, sendo que, à exceção da Romênia, todos haviam feito parte da União Soviética. A transição política desta região não foi una e tendeu a ser complicada em diversas esferas, em especial se comparada à ocorrida na Europa Central.

Belarus e Ucrânia, com cultura eslava, possuem uma proximidade mais próxima à russa, a qual pôde ser explorada com força durante os anos de ferro. A pequena Moldávia, estrategicamente posicionada, possui, na maior parte de seu território, fortes laços linguísticos e culturais com a Romênia, sendo que esta, durante os anos de Ceaușescu, isolou-se sensivelmente do restante do mundo. Esta região está posicionada entre a Europa Central, os Bálcãs, o Báltico e a Rússia, o que a torna, na Europa, a mais suscetível à influência direta de Moscou. Até 1991, a pertença destes estados ao Pacto de Varsóvia (PdV) delineava as ameaças oficiais aos regimes e, de forma geral, elegia, na dualidade continental OTAN-PdV, quais os potenciais inimigos de cada estado. Ainda assim, não era tão unívoca a ação político-militar do PdV como um bloco e, a não ser por controversas ações de interferência na política interna da Europa Central nos anos 1950 e 1960, não se pode enxergar algo consensual em relação a ameaças no decorrer de seu histórico. A simplificação oficialista de quais seriam as “ameaças” aos estados envolvidos deixou de existir após a queda da URSS, o que deixou um vácuo que competia aos estados preencher.

Na região da Europa Oriental, a Ucrânia adquire uma proeminência considerável pela histórica ligação sua com segurança desde o tempo dos cossacos. Territorialmente extensa para padrões europeus, damos-lhe ênfase pelos fortes laços que mantém com a Europa Central e, concomitantemente, com a Rússia, algo que a dissolução da URSS não obliterou. Isto torna qualquer tentativa de se alinhar a um ou a outro lado especialmente complicada (e entenda-se, aqui, a Europa Central como uma região bem mais fortemente aliada à comunidade euro-atlântica). Por essas mesmas razões, questões sensíveis como a situação operacional da Frota do Mar Negro, pertencente à Rússia e com bases na Crimeia, tiveram idas e vindas consideráveis até 2010, quando se atingiu um acordo de utilização das mesmas por parte da Rússia até meados do século XXI.

Não seria até 2005 que a Ucrânia lançaria seu Livro Branco de Defesa e, nele, quais seriam as ameaças potenciais ao estado<sup>3</sup>. A partir dessa edição, não se verifica nada que difira consideravelmente dos demais livros brancos oriundos de países em desenvolvimento desejosos de mostrar ao mundo seu alegado comprometimento com a modernização das forças armadas e o fortalecimento do controle civil sobre as mesmas. O que chama a atenção, contudo, é o forte enfoque na parceria com a OTAN, algo já institucionalizado em programas como a Parceria para a Paz e o Plano de Ação para a Adesão (o qual jamais a incluiu) e a constante tentativa de mostrar como aquilo que ainda não obedecia aos “padrões da OTAN” seria logo readequado a partir das necessárias reformas a ser implantadas. Contudo, a gradual desocidentalização da política exterior ucraniana no campo da defesa e da segurança no desenrolar da década seguiu os contínuos desconfortos institucionais em política interna que assolavam o país e as tensões entre presidente e primeiro-ministro. Isto se verifica curiosamente na própria denominação do Livro Branco da Ucrânia que, a partir de sua edição de 2009, passa a se chamar “Forças Armadas da Ucrânia” em contraposição ao título anterior, “Política de Defesa da Ucrânia”. A partir de 2010, em especial (e após a subida de Viktor Yanukovich, pró-Rússia, à presidência), as referências às adaptações das forças armadas ucranianas aos padrões euro-atlânticos deixaram de ser ressaltadas no documento oficial e, acima de tudo, esvaneceu-se o anseio oficial de se tornar membro da Aliança Atlântica, ainda que se descrevessem exercícios militares bilaterais conjuntos entre ambas as partes. Ainda que, em 2011, das 442 atividades conjuntas das Forças Armadas ucranianas, 81,9% correspondessem a ações com a OTAN, é digno de nota que isto tenha sido muito pouco ressaltado<sup>4</sup>. Faz-se alguma referência a “ameaças assimétricas”, mas não se desenvolve muito tal conceito, o que deixa bastante margem para elucubrações mais ou menos comprometidas politicamente<sup>5</sup>. Por fim, somando-se à menor definição oficial de ameaças, constatamos que o presidente da República não mais abre o documento como antes o fazia, o que pode demonstrar tanto o desejo, por parte do executivo, de não correr riscos ao delinear *sua* visão do que deve ser defesa em um ambiente de grandes tensões

---

<sup>3</sup> O Ministério da Defesa da Ucrânia publica, anualmente, seu livro branco. Para as versões em inglês, cf. [http://www.mil.gov.ua/index.php?part=white\\_book&lang=en](http://www.mil.gov.ua/index.php?part=white_book&lang=en) (acessado em 27 de agosto de 2012).

<sup>4</sup> Os dados podem ser encontrados em *White Book 2011. Armed Forces of Ukraine*, disponível em [http://www.mil.gov.ua/files/white\\_book/WB\\_Eng\\_final\\_2011.pdf](http://www.mil.gov.ua/files/white_book/WB_Eng_final_2011.pdf). Acessado em 27 de agosto de 2012.

<sup>5</sup> Um ponto talvez subjetivo, mas que demonstra, a nosso ver, uma mudança relevante de prioridades na divulgação internacional do Ministério da Defesa ucraniano é a cada vez menor correção do inglês nos referidos documentos oficiais, a qual tendia a ser praticamente impecável nas primeiras edições do Livro Branco e que vai, ano a ano, decaindo fortemente, talvez seguindo a perda de prioridade de alinhamento e prestação de contas à “comunidade internacional”.

partidárias quanto a diminuída importância que se dá à cooperação internacional nesta área.

Embora se verifique o mesmo em Belarus, a automaticidade do alinhamento entre o presidente Alyaksandr Lukashenka (no poder desde 1994) e os líderes em Moscou abre menos surpresas quanto à adoção de parceiros estratégicos. A supostamente desejada união territorial com a Rússia, defendida, em alto grau, por Lukashenka e por parcela importante da população bielorrussa, segue o caminho dos documentos oficiais publicados em russo e que põem muita ênfase na cooperação entre Minsk e Moscou, deixando de lado a possibilidade de conceber o vizinho como um potencial agressor. O site oficial do Ministério da Defesa de Belarus, inclusive, lista a doutrina militar do país juntamente com a da Federação Russa. Embora o Conceito de Segurança Nacional da República de Belarus cite, em alguma medida, vagas “ameaças” ao país, com foco em potenciais desestabilizações do estado de direito, chama mais a atenção referências constantes à cooperação com a Federação Russa em segurança e prevenção de ameaças, porém, citando, sobretudo, documentos firmados e exercícios militares conjuntos<sup>6</sup>. É interessante notarmos que tudo isto se dá em um contexto de grande dependência econômica em relação ao vizinho mais forte e a tentativa de unionismo parece se operacionalizar mais visivelmente naquilo que é tradicionalmente mais caro aos países daquela região quando se trata de cooperação: a colaboração militar.

Na Bulgária, a proximidade com a Rússia tem sido um fator de menos preocupação pela habilidade do país pesar suas relações com ambos os lados do continente. Tendo entrado na OTAN em 2004 e na UE em 2007, Sófia teve uma existência independente como unidade política no plano jurídico, mas sua dificuldade em se desligar da herança do Pacto de Varsóvia foi obliterada pelas rápidas adaptações nominais feitas para entrar nas duas organizações.

---

<sup>6</sup> Cf. *Mejdunarodnoe voennoe sotrudnitchestvo Respubliki Belarus*. Disponível em <http://www.mod.mil.by/sotrud.html>. Acessado em 21 de agosto de 2012.



Já a Moldávia, embora tenha fortes ligações culturais com a Romênia, possui inquietações grandes o suficiente em seu pequeno território para que sua situação de segurança seja muito internacionalizada. Localizada entre Romênia e Ucrânia e tendo feito parte da URSS, a Moldávia conta com a região da Transnístria, no leste do país, que desestabiliza fortemente a centralização empreendida por Chisinau por sua reiterada autonomia apoiada pela Rússia. Também é relevante citarmos a Gagaúzia, região composta de cristãos ortodoxos túrquicos que fica no sul do país, embora seus eventuais desejos separatistas tenham sido bem administrados pelo governo moldavo através de uma bem sucedida cooptação política e institucional que garantiu certo grau de autonomia à região<sup>7</sup>. Desde Chisinau, portanto, a política de coibir o separatismo tem funcionado bem nos locais onde as reivindicações são menos respaldadas por fortes centros externos. O governo de Tiraspol (Transnístria) conta com o apoio do Kremlin em seus anseios autonomistas e, ainda que não esteja separado formalmente da Moldávia, o território subsiste com sensível animosidade em relação a Chisinau. Embora na Transnístria os moldavos sigam sendo, isoladamente, o grupo étnico mais numeroso, segundo o censo de 2004, a soma de búlgaros, russos e ucranianos (ou seja, eslavos) totaliza uma maioria<sup>8</sup>. Embora um contingente étnico isolado, por si só, não signifique nada, considerando-se o histórico desta pequena região e levando-se em conta as não muito claras tentativas de Moscou de capitalizar similitudes étnicas, Chisinau pode enxergá-la como bem mais propensa ao fomento da desagregação territorial. Enquanto Istambul não tem mostrado grande interesse (até o momento) em cooptar os gagaúzes túrquicos (algo que, se fosse operacionalizado em forma de cooperação internacional, basear-se-ia mais em ligações linguísticas do que as de qualquer outro tipo), o apaziguamento advindo da capital também pareceu, para este povo, a melhor opção, dada sua fraqueza relativa. Ao analisarmos este caso, parece-nos relevante como os clamores por independência e autodeterminação podem, muitas vezes, ter fortes raízes políticas e de ingerência externa que estão ligadas menos aos méritos do movimento propriamente dito do que ao fomento de alianças entre centros maiores que podem, ou não, desagregar o poder e a integridade de determinado estado.

---

<sup>7</sup> Um bom trabalho introdutório e abrangente sobre o tema é o de Danelsons: *Moldova, Minorities and the International Community* (2008).

<sup>8</sup> <http://www.transnistria.info/independent-transnistria-news/pmr-2004-census-detailed-results.html>. Acessado em 28/08/2012.

Na Romênia, a situação pós-Ceaușescu foi de transição violenta para com o líder do executivo e seus apadrinhados diretos, mas, de fato, o que mais chamou a atenção foi a não existência de conflitos internos tão grandes quanto se podia pensar, ao menos não entre os grupos étnicos que compõem o país (com exceções de eventos isolados, ainda que emblemáticos, na Transilvânia logo após 1989). O descontentamento da minoria húngara, de fato, representou um dos estopins que levariam ao início das contestações de monta ao regime a partir da cidade de Timișoara, mas a espetacularização do julgamento e da execução de Nicolae e Elena Ceaușescu, além de sua notável rapidez e ausência de defesa eficiente, levantam dúvidas sérias acerca dos interesses presentes na transição. A falta de um movimento político com fortes bases de elite em várias partes do país e sensível apelo popular fez a transição romena menos agregadora do que na Tchecoslováquia ou na Polônia, por exemplo. Em todo caso, tem-se que, a partir daí, Bucareste entraria como um dos centros das revoluções que varreriam a ECO a partir de então. A parceria cada vez maior com o Ocidente seria verificada, institucionalmente, quando da entrada do país na OTAN em 2004 e na União Europeia em 2007, ainda que esses dois eventos estejam longe de configurar uma real adaptação da Romênia para com os padrões euro-atlânticos, devendo, sim, ser vistos como uma interseção de interesses por parte das elites políticas de Bucareste e de Bruxelas. A melhora advinda, em especial, da potencial transferência de recursos para o desenvolvimento econômico e aumento do bem-estar geral diminuiria tensões regionais – ainda que organismos como a UE se refiram, constantemente, ao respeito pela diversidade europeia. A garantia de autonomia para parcelas minoritárias da população em assuntos cotidianos como educação, promoção linguística e resgate cultural tende a abrandar reivindicações de maior monta quando tais sinais se ligam ao bom desempenho macroeconômico. A mínima participação do país na Aliança Atlântica devido à pequena representatividade das forças armadas romenas no quadro geral da organização adquire uma função de cerimonial (e destacamos que esse é o caso de vários entrantes recentes da OTAN e não apenas o da Romênia); todavia, funciona como marco da aceitação de uma parceria multilateral que representa a transferência de Bucareste desde um eixo “semi-independente” em política externa, como foi o caso durante a Guerra Fria, para um abertamente simpático aos centros ocidentais.

Se na Europa Oriental temos essa miríade de posições oficiais e veladas e uma dificuldade maior, dependendo do país, em se aliar “livremente” a atores externos, na Europa Central a situação é bem menos conflitiva. Esta região concentra os países que foram internacionalmente mais representativos na transição para a economia de mercado e onde se verificou maior coesão social no processo. Esta representatividade está ligada à massiva cobertura midiática que, à exceção da Reunificação Alemã, elegeu Polônia, República Tcheca e Hungria como os principais focos de propaganda da decadência de um regime e do nascimento de outro, na onda de liberalização político-econômica tão característica da passagem dos anos 1980 para os 1990. Mais até do que na transição russa, o que era visto como quebra das amarras indiretas do Kremlin por parte da Europa Central talvez se ligasse à situação bem menos caótica na qual os países da região, de modo geral, se encontravam, estando, portanto, mais aptos a sofrerem uma transição bem-sucedida para o modelo de mercado e entrar com força simbólica no processo de integração europeia.

A Polônia se destaca como o símbolo maior da transição na Europa não russa. Predominantemente católica – com Karol Wojtyła desempenhando um papel fundamental na mudança política e no retorno/renovação das raízes nacionais –, ressentida da ingerência do Pacto de Varsóvia e enxergando na união com o Ocidente uma aceitação externa da sua não orientalidade, o notável apoio ao Solidariedade de Lech Wałęsa passava muito claramente a ideia de que o caminho para a mudança estava traçado. No que pesem os grandes retalhamentos e perdas territoriais da Polônia durante toda sua história, sua quase homogeneidade étnica faz com que conflitos sobre esta base não tenham tanto potencial. Desta feita, é possível focar-se em questões mais internacionalizáveis de segurança como terrorismo e ameaças assimétricas, atendo-se ao fato de que são justamente estes pontos os que se coadunam com as preocupações euro-atlânticas. Conforme apresentado na Estratégia de Defesa da República da Polônia de 2009:

*As ameaças assimétricas se apresentam destacadamente entre os riscos de segurança. Na maior parte dos casos, elas surgem de estados em processo de falência ou falidos. As ameaças mais sérias continuam a ser: o terrorismo internacional, incluindo o ciberterrorismo, e o terrorismo que utiliza armas de destruição em massa; a proliferação de armas de destruição em massa e os meios para transportá-las; o crime organizado internacional envolvido no tráfico de armas e materiais de dupla utilização, o tráfico de drogas e o de pessoas, as operações financeiras ilegais e a pirataria marítima<sup>9</sup>.*

---

<sup>9</sup> *Defense Strategy of the Republic of Poland*. Disponível em [www.wp.mil.pl/pliki/File/English/strategia\\_obronnosci\\_eng.pdf](http://www.wp.mil.pl/pliki/File/English/strategia_obronnosci_eng.pdf). Acessado em 29 de agosto de 2012.

Vê-se, portanto, que há uma relação possível entre a escolha das ameaças e o momento de integração da Polônia à comunidade euro-atlântica, sendo que a Estratégia de Defesa do MD polonês em 2009 caminha com os *hot topics* de diversos ministérios de defesa ansiosos por uma redefinição de seu papel no período posterior à Guerra Fria, aninhando-se, vantajosamente, na reformulação conceitual proporcionada pelo período pós-11 de Setembro (e cabe lembrar que a Polônia foi, dentre os países da ECO, o único a enviar tropas para o Iraque em 2003 dentro dos quadros da coalizão).

É fácil simplificar o que acontece nessas regiões como mero oportunismo da classe política em um contexto de ampliação da OTAN e da UE. Porém, ao se analisar a escolha oficial de determinados países da ECO pela rápida aliança com o Ocidente, deve-se posicioná-la em um contexto histórico ampliado, o que nos leva a concluir que tal “opção” aparece em um terreno no qual mesmo a neutralidade não parece muito factível, visto que ela depende menos da autodeterminação política do estado que a assume do que da neutralização de forças externas necessárias à sua consecução.

É nesta linha de análise que posicionamos a Hungria, outro país muito importante no recente imaginário internacional político-econômico e que, não tendo sofrido grandes distúrbios na transição, passa a impressão de uma guinada bem-sucedida. Todavia, ainda que (do ponto de vista das “perturbações” mais chamativas como as ocorridas na Romênia) não tenha havido problemas mais sérios, sempre se deve considerar o custo da mudança. No país, a transição econômica foi dura, como nos demais estados da região, e as reformas liberalizantes foram muito fortes, aumentando, inicialmente, o desemprego na primeira metade dos anos 1990, apesar de atraírem grandes fluxos de capital. A queda da eficiência da seguridade social e seu quase colapso nessa época foram pontos notáveis, mas não representaram um sensível tumulto ou ameaça ao país. O cálculo de que o poder soviético e, depois, russo, não se recuperaria tão rapidamente fez com que estas reformas caminhassem fortemente com vistas à entrada no processo de integração europeia e, sem surpresas, também na OTAN. Portanto, neste texto, sustentamos que a Hungria teve a “sorte” de não passar por pressões internas sensíveis na condução de sua política de defesa, mas a pressão externa para a adaptação econômica se apresenta como o mais forte motor para o *bandwagoning* magiar frente ao continente europeu. Logo, a validação deste movimento através do envio de tropas para o Afeganistão após o 11 de Setembro não é surpreendente.

A República Tcheca e a Eslováquia, após a separação pacífica em 1993, seguiram caminhos distintos de desenvolvimento que, de certo modo, ecoavam a preponderância que a primeira teve sobre a última na vigência da união durante a Guerra Fria. Isto fez com que a Eslováquia mantivesse a fama de menos bem-sucedida entre as nações centro-europeias e a mais fraca, política e economicamente, do Grupo de Visegrad. O caráter pendular de suas decisões que preconizavam ora reformas de mercado ora de manutenção de fortes estruturas de seguridade social seguiu seriamente pelo desejo do país de fugir do isolacionismo (Fisher, 2007) e, devido a isso, a primeira metade do século XXI viu sua entrada na UE e na OTAN. A República Tcheca, como o mais ocidentalizado dos países da ECO, também ingressou na UE na onda de 2004 com uma estrutura mais sólida de mercado interno e controle de finanças, não sofrendo abalos tão extremos, apesar da perda de benefícios sociais, de um modo geral. Há autores que interpretam o sucesso relativo da República Tcheca no campo político-econômico devido à grande centralização deste durante os anos da Guerra Fria, o que poderia parecer contraintuitivo, à primeira vista. Isto se ligaria, acima de tudo, à memória histórica relativa à época pré-socialismo real, na qual a liberdade econômica e política era consideravelmente maior, causando anseios de retorno da prosperidade perdida (Svejnar, 2009). Como o estado mais adaptado às exigências de ingresso na UE e na OTAN, não surpreende a definição das metas e quais são as ameaças à segurança da república:

*2.21. As Forças Armadas da República Tcheca formam parte da solução multilateral para as ameaças contra a segurança euro-atlântica, cujas fontes se encontram, também, fora do território europeu.*

*2.22. Ao empregar as forças armadas em operações multinacionais lideradas pela OTAN ou pela UE, a República Tcheca atinge seus importantes interesses estratégicos. Estes incluem a construção da solidariedade e da coesão OTAN/UE, o estabelecimento de uma reputação de aliado seguro e confiável, contribuindo apropriadamente para a consolidação da segurança no espaço euro-atlântico.<sup>10</sup>*

---

<sup>10</sup> *The White Paper on Defence*. Ministério da Defesa da República Tcheca, 2011. Disponível em <http://www.army.cz/ministry-of-defence/newsroom/news/the-white-paper-on-defence-2011--63155/>. Acessado em 31 de agosto de 2012.

Por fim, os três países bálticos, Estônia, Letônia e Lituânia, também aderiram ao rápido alinhamento com o Ocidente após o fim da URSS. A Estônia (país difícil de ser comparado facilmente com o restante dos países bálticos devido à sua cultura e identidade mais próxima à finlandesa) já tinha padrões de vida relativamente altos dentro da Europa na primeira metade do século XX e estes, com sensíveis perdas, subsistiram durante a Guerra Fria e após 1991. Lituânia e Letônia seguiram o mesmo caminho cronológico e entraram na OTAN e na UE em 2004. Aqui, não vemos grandes diferenças no processo de adesão a esses dois blocos em relação ao ocorrido nas regiões mais distantes da fronteira com a Rússia e que possuem menos ligações histórico-culturais com ela.

No Cáucaso, a rivalidade existente entre Armênia e Azerbaijão continua, em especial devido ao conflito de Nagorno-Karabakh. Na Geórgia, a última interferência russa, em 2008, devido aos conflitos na Ossétia do Sul foi uma demonstração maior do *hard power* russo pela existência de movimentos de unionismo entre essa província e a Ossétia do Norte, na Federação Russa. Neste âmbito, os líderes georgianos de tendência mais ocidental foram confrontados com uma apresentação do que a Rússia ainda não permite perder - o Cáucaso - tendo em vista toda a diminuição do seu poder na Europa Centro-Oriental. O grande controle sobre esta região se alinha à que é promovida também na Ásia Central, conforme veremos à frente.

## **Ásia Central**

No Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev tem governado o país desde 1991. O alinhamento do restante da classe política com as decisões executivas anda pareado com a fraqueza da oposição devido à forte centralização do poder. A falta de uma estrutura jurídica que garanta a divisão dos poderes cazaques de forma segura se apresenta como a coroação de um formato de governo que se inaugurou na época do centralismo burocrático intrapartidário do PC local. As estruturas então montadas se manteriam após o início do Cazaquistão como estado independente, com as necessárias adaptações que a ordem pós-1991 requereria. A grande presença de russos étnicos em vários estados pós-soviéticos é por vezes considerada fator importante para o alinhamento à Rússia, embora isto possa não ser uma razão tão determinante. Contudo, laços políticos-culturais podem ser utilizados como respaldo para determinadas ações de governo e algumas análises tendem a colocar peso demasiado na composição demográfica. O último censo cazaque mostrou uma sensível queda na população russa (e demais de origem ocidental,

como alemães e ucranianos). Com uma população em torno de 16 milhões de habitantes, o censo de 2009 mostrou um aumento na proporção de cazaques étnicos na ordem de 26% e uma diminuição no número de russos étnicos em 15,3%<sup>11</sup>, tanto devido à emigração quanto à provável desaceleração da taxa de fertilidade deste último grupo. O alinhamento do país com a Rússia se dá, acima de tudo, tanto pela já esperada manutenção da área de influência de Moscou como comportamento geopolítico já antigo quanto pela necessidade do *establishment* cazaque de manter as estruturas vigentes pela conservação de tais laços.

Não há, portanto, tamanha coerção por parte da Rússia – nem um trabalho tão árduo dela – visto que o interesse é de ambas as partes. Isto se verifica, grosso modo, em todas as ex-repúblicas soviéticas, mesmo as centro- e leste-europeias, pretensamente mais próximas da cooptação de organizações como a União Europeia e a OTAN. A relação entre política interna e externa se dá justamente em como se apresenta a oposição e a situação no espectro político local, cujo apoio ou negação em relação à ingerência russa se dá quando de fortes laços políticos, culturais e sociais com o país eslavo, havendo uma dicotomia mais forte dependendo do histórico dessa identificação. A participação política da população, contudo, é um fator importante para se analisar o quanto de aceitação ou mal-estar tais interferências externas podem causar nas reivindicações de grupos organizados (a Ucrânia costuma ser um bom exemplo, como observado na assim denominada Revolução Laranja de 2004). No Cazaquistão, ainda é arriscado afirmar que sempre há um alinhamento com as políticas de Moscou, mas, assim como é verdade para muitos outros países, certo grau de oportunismo coexiste com a presença inequívoca do vizinho ao norte.

Após o Cazaquistão, a importância dos demais países também se dá pela produção de commodities e como regiões de trânsito, mas geralmente não de maneira tão forte como no maior dos países centro-asiáticos. De forma ilustrativa, após a guerra civil que assolou o país (1992-1997), o Tadjiquistão seguiu com sua “vocaçãõ” construída durante o século XX para fornecimento de algodão, alumínio e certa energia hidrelétrica, não havendo, após o contínuo controle governamental dos mais importantes meios de produção, uma maior gama de produtos oferecidos pelo país ao mercado internacional ou um aumento sensível da sua competitividade, particularmente em produtos manufaturados.

---

<sup>11</sup> Fonte: **Sítio oficial da Embaixada do Cazaquistão na Áustria**. Disponível em [http://www.kazakhstan.at/index.php?id=news\\_detail&tx\\_ttnews\[tt\\_news\]=192&cHash=cf2ffd5a622f91c22430f8be7f750893](http://www.kazakhstan.at/index.php?id=news_detail&tx_ttnews[tt_news]=192&cHash=cf2ffd5a622f91c22430f8be7f750893). Acessado em 07 de dezembro de 2011.

Mais relevante é o direcionamento dado ao resultado desse comércio e qual a real participação popular em relação a ele. De modo similar ao que ocorre no Cazaquistão, Emomalii Rahmon governa o Tadjiquistão desde 1992 e a manutenção de boa parte dos cidadãos depende, em muitos casos, mais das remessas provenientes da diáspora tadjique do que dos investimentos econômico-sociais do governo para o próprio avanço da economia e do bem-estar social. Documentos secretos norte-americanos apresentados pelo site Wikileaks em dezembro de 2010 detalham as suspeitas de diplomatas acerca do comportamento oficial tadjique, mas também do comportamento russo em relação ao país e ao aumento da influência norte-americana ao firmar parcerias com Dushanbe, em especial militares, como a construção de bases no país. Verificamos, de maneira já não inédita na região, a tentativa oficialista de jogar com os diversos interesses que pairam sobre o país como forma de obter o maior ganho para o *establishment* local. Por fim, não se pode esquecer das sempre presentes relações com a China, país limítrofe e, como já mencionado, crescentemente demandante de energia.

No Uzbequistão, a manutenção das estruturas políticas pré-independência – com alterações pouco sensíveis – segue este esquema. Islom Karimov, tendo sido eleito em 1991, tem se mantido ininterruptamente no poder e, com importantes concessões aos demais clãs que compõem a política uzbeque, tem impedido contestações de monta. Isto se estende a esferas que vão além da composição institucional da política interna, visto que um dos grandes temores do governo é o alegado fundamentalismo islâmico, sendo este utilizado como importante desculpa para a intervenção na educação religiosa no país. Alegadamente secular, a liderança teme ainda mais contestação, algo que já é observado na oposição liberalizante, a qual vem sendo sensivelmente reprimida. Este tipo de coibição, na realidade, é algo que andou pareado com certa pressão da opinião pública internacional em relação ao alegado desrespeito aos direitos humanos e à liberdade política no país. Tashkent utiliza sua segunda cartada que é o apoio da Rússia, como se observava, em especial, durante o governo Putin. O governo Medvedev tem se mostrado menos efusivo em relação à propagandização das parcerias estratégicas com o país, mas não há importantes mudanças na posição de Moscou para que se mantenha a mutualidade na ajuda bilateral.

Os dois outros países centro-asiáticos, Quirguistão e Turcomenistão, têm se destacado em relação à contestação interna e à propensão à mudança de alianças estratégicas internacionais, enfrentando, por isto mesmo, baques mais sensíveis no período recente.



Askar Akayev governou o Quirguistão de 1990 a 2005 e sua destituição através da “Revolução das Tulipas” foi o corolário da separação mais forte de poderes que ocorrera no país imediatamente após a independência. Embora houvesse ocorrido grandes retrocessos na efetivação das propostas liberalizantes de Akayev, em especial a perseguição a opositores e o controle não-explicito da mídia em período eleitoral, não houve uma centralização tão forte dos demais poderes em torno do executivo como se pôde observar no Uzbequistão e no Cazaquistão, ao menos não de forma irreversível. A organização da oposição e dos protestos em 2005 demonstrou tanto a inépcia do governo de convencer a sociedade civil da necessidade de permanência no poder quanto a percepção errônea de parte da oposição de que o problema em relação aos excessos no poder se encontrava na personalidade da liderança e não no sistema político. Kurmanbek Bakiyev, da oposição, foi escolhido presidente, mas não limitou os poderes do executivo como prometera durante as campanhas eleitorais. Algumas concessões foram feitas a partir de 2007 em face dos crescentes protestos populares, mas a sua queda viria somente com sua fuga para Belarus em 2010, quando Roza Otunbayeva subiria ao poder para a transição, sendo sucedida por Almazbek Atambayev em 2011. Desde o governo Putin, houve alguma acusação por parte dos situacionistas (anteriormente à Revolução das Tulipas) em relação à interferência russa em assuntos internos. Digna de nota é a presença da Base Aérea de Manas, operada pelos Estados Unidos, e que tem sido um objeto de polêmica no país, e que, segundo o atual presidente, não se terá sua presença permitida para além de 2014 no país.

No Turcomenistão, Saparmurat Niyazov foi líder do país desde sua independência, em 1991 (tendo seu domínio começado em 1985 como chefe do Partido Comunista Turcomeno, dentro da URSS) até 2006, quando faleceu. O título que Niyazov recebeu do parlamento a ele alinhado (o de presidente vitalício) demonstra bem como o culto à personalidade não parece ter sido abandonado. Embora a propaganda política soviética fosse evitada de cultos personalistas, com maior ou menor intensidade, desde a época de Lênin, foi no período de Stálin que ela atingiu seu ápice. No Turcomenistão, contudo (assim como em outros países centro-asiáticos), este tipo de validação persistiu. Após 2006, Gurbanguly Berdimuhamedow, vice-primeiro-ministro, assumiria o poder, não obstante as contestadas eleições de 2007 e a existência de apenas um partido legal no país. Talvez o que tenha ocorrido no Turcomenistão seja algo praticamente não verificável em outros países, pois o culto à imagem de Niyazov é extremamente ligado ao dia-a-dia da sociedade nacional, com a presença constante e disseminada de estátuas, fotos, escritos (como o emblemático *Ruhnama*, livro de sua autoria e de fato obrigatório para

todos os residentes) e mesmo dias da semana com nomes de seus familiares (política que vigorou de 2002 a 2008). O governo de Berdimuhamedow tem mostrado algum interesse na abertura de seu país, em especial para investimentos externos, mas isto não parece se refletir em uma abertura significativa para a população. A Constituição Turcomena de 2008 abriu caminho formal para maior participação do parlamento na política interna, mas não está claro se a eleição de representantes terá características diferentes das atuais. Um ponto importante a se levar em conta no que se refere ao isolamento internacional do país é o *status de neutralidade permanente* que o Turcomenistão adotou em 1996, o que faz mais fácil sua não-associação com alianças que podem dificultar a manutenção dos atuais comportamentos internos locais, o que foi referendado internacionalmente após a Resolução 50/80 da Assembleia Geral das Nações Unidas apoiando a decisão turcomena<sup>12</sup>.

### **Organizações Regionais**

As organizações regionais desempenham papel importante na maneira como os líderes centro-asiáticos conduzem seu governo, pois, de maneira mais ou menos ostensiva, solidificam a distribuição de poder em nível local. A coadunação ou as reações a esses arranjos são dependentes do organismo e do momento histórico no qual ele surge e se desenvolve.

A Comunidade dos Estados Independentes (CEI) surgiu em 1991 como sucessora direta da União Soviética, embora não carregasse as mesmas atribuições de um Estado. Nos momentos iniciais, chegou a reunir 12 ex-repúblicas soviéticas e, com exceção da Geórgia, que se retirou em 2008, manteve-se assim. De maneira previsível, o Turcomenistão participa como membro não oficial, seguindo os seus parâmetros internacionais de neutralidade. A importância maior da CEI é a de ter efetivado o fim da URSS e apontar para tentativas maiores de integração, embora seja obliterada pela existência das outras organizações. A união aduaneira existente dentro da CEI originou a Comunidade Econômica Eurasiática (CEEA) no ano 2000, com o intuito de criação de um mercado comum<sup>13</sup>. Um dos motivos pelos quais a CEI não tem muito sucesso como ator

---

<sup>12</sup> Cf. **Resolutions adopted by the General Assembly [on the report of the First Committee (A/50/601)]. 50/80. Maintenance of international security - Permanent Neutrality of Turkmenistan.** Disponível em <http://www.un.int/wcm/webdav/site/turkmenistan/shared/documents/United%20Nations%20Resolution%20on%20Permanent%20Neutrality%20of%20Turkmenistan.pdf>. Acessado em 10 de janeiro de 2012.

<sup>13</sup> Cf. **Eurasian Economic Center.** Disponível em [http://www.eurasian-ec.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2&Itemid=7](http://www.eurasian-ec.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2&Itemid=7). Acessado em 13 de maio de 2012.

internacional é a presença constante de organizações protagonizadas pelos dois grandes regionais (RPC e Rússia), assim como a da União Europeia e da OTAN.

### **Conclusões**

Podemos perceber que as ligações das regiões analisadas com o passado soviético se dividem entre o alinhamento e a contestação, em alguns casos ocorrendo complicadas divisões dentro de um mesmo estado. De todo modo, o braço de ferro mais ou menos forte de Moscou se verifica de acordo com as fraqueza relativa dos países ao seu redor, seus aliados e os interesses do *establishment* político, o que vemos com bastante força, ainda, na Ásia Central e em Belarus.

A maneira de perceber ou definir ameaças é importante desde um início subjetivo, mas altamente histórico, sobre a qual se constrói a autoavaliação de um país acerca de seus riscos e, definindo-se os seus interesses em política externa, qual deve ser o caminho "natural" para a manutenção dos mesmos. Deste modo, e correndo o risco de simplificarmos demais essa macrovisão, pode-se afirmar que vemos um *continuum* de fidelidade, ao que aludimos no início deste artigo, que vai desde os menos alinhados a Moscou na fronteira do extremo oeste da ECO, passando pelos mais divididos entre a escolha entre Ocidente e laços eslavos no extremo Oriente europeu, chegando até os mais alinhados com Moscou na Ásia Central. Aqui, ressaltamos a postura **oficial** e vemos que, mesmo esta, é passível de várias nuances.

Neste trabalho, com o propósito de delinear ações de política externa que se materializam na firma de alianças e escolha de parcerias, vemos que mesmo questões pontuais se ligam a processos históricos formadores de identidade nacional. Estas, contudo, necessitam do apoio de estados mais fortes para que haja essa mesma materialização, o que nos leva a questionar a real factibilidade da autodeterminação. Na região eurasiática que analisamos, podemos constatar que a escolha de parceiros se liga à pressão dos centros circundantes e, ao menos oficialmente, as ameaças serão oficialmente definidas de forma a corresponder às expectativas dos mesmos. Esperamos, em trabalhos futuros, entender com maior profundidade a maneira de tais países barganharem com a pouca liberdade que possuem. Por ora, acreditamos que, em um ambiente de constante constrangimento, "escolha de parcerias" ainda é um luxo ao qual poucos estados podem ter acesso.

## Bibliografia

Danelsons, R. *Moldova, Minorities and the International Community*. Advanced Social and Political Research Institute, Universidade da Letônia. Disponível em [http://academos.ro/sites/default/files/biblio-docs/102/moldova\\_minorities\\_4.pdf](http://academos.ro/sites/default/files/biblio-docs/102/moldova_minorities_4.pdf). Acessado em 28 de agosto de 2012.

Defense Strategy of the Republic of Poland. Disponível em [www.wp.mil.pl/pliki/File/English/strategia\\_obronnosci\\_eng.pdf](http://www.wp.mil.pl/pliki/File/English/strategia_obronnosci_eng.pdf). Acessado em 29 de agosto de 2012.

Eurasian Economic Center. Disponível em [http://www.eurasian-ec.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2&Itemid=7](http://www.eurasian-ec.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2&Itemid=7). Acessado em 13 de maio de 2012.

Fisher, S; Gould, J; Haughton, T. Slovakia's Neoliberal Turn. *Europe-Asia Studies*, vol . 59, nº 6, setembro de 2007, pg. 977-988.

The Guild Review. Disponível em <http://guildreview.blogspot.com.br/2009/07/brief-consideration-of-gagauzia.html>. Acessado em 28 de agosto de 2012.

*Mejdunarodnoe voennoe sotrudnitchestvo Respubliki Belarus'*. Disponível em <http://www.mod.mil.by/sotrud.html>. Acessado em 21 de agosto de 2012.

Ministério de Defesa da Ucrânia (seção de Livros Brancos). Disponível em [http://www.mil.gov.ua/index.php?part=white\\_book&lang=en](http://www.mil.gov.ua/index.php?part=white_book&lang=en) (acessado em 27 de agosto de 2012).

PMR 2004 Census: detailed results. Disponível em <http://www.transnistria.info/independent-transnistria-news/pmr-2004-census-detailed-results.html>. Acessado em 28/08/2012.

Resolutions adopted by the General Assembly [on the report of the First Committee (A/50/601)]. 50/80. Maintenance of international security - Permanent Neutrality of Turkmenistan. Disponível em <http://www.un.int/wcm/webdav/site/turkmenistan/shared/documents/United%20Nations%20Resolution%20on%20Permanent%20Neurality%20of%20Turkmenistan.pdf>. Acessado em 10 de janeiro de 2012.

Sítio oficial da Embaixada do Cazaquistão na Áustria. Disponível em [http://www.kazakhstan.at/index.php?id=news\\_detail&tx\\_ttnews\[tt\\_news\]=192&cHash=cf2ffd5a622f91c22430f8be7f750893](http://www.kazakhstan.at/index.php?id=news_detail&tx_ttnews[tt_news]=192&cHash=cf2ffd5a622f91c22430f8be7f750893). Acessado em 08 de agosto de 2012.

Svejnar, J. Uvalic, M. *The Czech Transition. The Importance of Microeconomic Fundamentals*, Universidade das Nações Unidas, março de 2009. Disponível em [http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/research-papers/2009/en\\_GB/rp2009-17/\\_files/81160282761003219/default/RP2009-17.pdf](http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/research-papers/2009/en_GB/rp2009-17/_files/81160282761003219/default/RP2009-17.pdf). Acessado em 31 de agosto de 2012.

The White Paper on Defence. Ministério da Defesa da República Tcheca, 2011. Disponível em <http://www.army.cz/ministry-of-defence/newsroom/news/the-white-paper-on-defence-2011--63155/>. Acessado em 31 de agosto de 2012.

*White Book 2011. Armed Forces of Ukraine*, disponível em [http://www.mil.gov.ua/files/white\\_book/WB\\_Eng\\_final\\_2011.pdf](http://www.mil.gov.ua/files/white_book/WB_Eng_final_2011.pdf). Acessado em 27 de agosto de 2012.